
A revisão da Constituição

por Sérgio Leopoldo Rodrigues
de São Paulo

"O choque fiscal não pode ser isolado. Ele pressupõe um orçamento equilibrado para 1994, mais privatizações, alterações na ordem econômica e previdenciária na Constituição", disse ontem o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman.

Ele entende que existe apoio popular e político para implementar as mudanças constitucionais e a adoção de "um conjunto de medidas que mexa com a estrutura da economia e que faça o Brasil retomar o crescimento com sustentação e sem inflação".

O diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Ruy Altenfelder, concorda com que o

ajuste fiscal é necessário e dá um crédito ao ministro da Fazenda. "Nos parece certo, até agora, que as mudanças virão dentro do Estado de Direito, obedecendo à Constituição e às leis, sem choques, heterodoxias ilegais, confiscos", afirmou.

Essa "coerência" de Fernando Henrique Cardoso, segundo Altenfelder, é que tem garantido um clima de tranquilidade ao País.

Mas o presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo (Simpí), Joseph Couri, argumenta que um choque fiscal que simplesmente aumente impostos "é um absurdo".

Segundo Couri, as expectativas da sociedade brasileira caminham noutro sentido, o da redução do número de impostos.
